

Afinal, quem somos?

» JAIME PINSKY

Historiador, professor titular aposentado da Unicamp, doutor e livre docente da USP e escritor



os pesquisadores das instituições universitárias.

Cometi a ingenuidade de me debruçar sobre esse problema e cheguei a montar alguns projetos sobre como esse contato poderia ser desenvolvido, como as universidades federais poderiam ajudar o ensino público brasileiro fazendo com que esse se tornasse mais consequente, atualizado e atraente para os alunos. Como isso, acreditava, que poderíamos contribuir para diminuir a distância entre a formação de alunos em algumas excelentes escolas particulares (evidentemente, muito caras) e a formação de nossos alunos em escolas públicas.

Acreditando que era minha obrigação colocar essas ideias em prática, busquei apresentar os projetos que havia montado a vários ministros de Educação de diferentes partidos. Fui sempre bem recebido por eles e, em dois casos, com evidente entusiasmo. Diziam que a ideia era muito boa e seria implantada no Brasil. Nunca foi. Só um dos titulares da Educação foi explícito em dizer que não era uma coisa viável, pois tiraria o poder dos dirigentes municipais, que eram peças fundamentais na formação de uma corrente de apoio ao governo federal, seja lá o que isso possa significar.

Enfim, viver, trabalhar no sentido de mudar as coisas para melhor no Brasil, é um exercício exaustivo que implica na perda da inocência.

Melhor acreditar nos experientes discípulos de Lampedusa, aqueles que pregam alterações que não mudam nada, embora projetem a falsa impressão de que vão mudar tudo. Quando lemos livros sérios sobre a formação da nação brasileira, como *A sociedade perfeita*, *As origens da desigualdade social no Brasil*, de João Fragoso, passamos a entender um pouco melhor porque somos o que somos, não o que alguns de nós desejariamos ser. Não somos herdeiros do capitalismo comercial, somos descendentes de restos medievais. Se não soubermos quem somos, de verdade, nunca poderemos mudar, de verdade.

óbvio que deveria haver uma articulação maior entre as escolas brasileiras e as universidades. Essas, com frequência, discutem profundamente o conhecimento, aprofundam-se em pesquisas, mas não têm como aplicar as verdades, ou supostas verdades, descobertas. Por outro lado, a evidente desatualização da formação dos professores (fruto de vários fatores, entre os quais a própria aceleração do ritmo de descobertas e invenções no mundo atual, dificilmente acompanhada pelas instituições de educação formal) poderia ser, pelo menos em parte, suprida pelo contato entre os mestres das escolas e

Na Idade Média, grande parte da Europa era cristã, e essa era uma condição fundamental da sociedade. O médio prazo era estabelecido a partir de comemorações religiosas, como a Páscoa e o Natal, e o curto prazo, pelas badaladas dos sinos das igrejas, que não registravam apenas a passagem do tempo, mas as mortes, os casamentos e os batizados, por exemplo. Foi só na Era Moderna, e mais particularmente após a divisão do cristianismo, com o surgimento de figuras como Lutero e Calvino, é que se estabeleceu uma pluralidade de olhares, de formas de culto, de característica dos sacerdotes, de construção dos templos. A mudança na forma de culto implicava, por sua vez, na alteração no modo de marcar a passagem do tempo.

Quando aprendi alguma coisa sobre Reforma e Contrarreforma, ainda no antigo ginásio, imaginei que deveria caber a cada um de nós o direito e a obrigação de mudar o que estivesse errado na sociedade e resolvi estudar história, para entender melhor o que estava acontecendo e que providências eu poderia tomar para dar um jeito nelas, se estivessem erradas. Naquela época, me parecia claro que, para sugerir alterações nas sociedades, eu tinha a obrigação de estudá-las, compreendê-las. E, evidentemente, uma obrigação maior de tentar mudá-las para melhor.

Claro que, aos poucos, tomei consciência de que mudanças do porte que eu imaginava não são coisas fáceis de conceber e muito difíceis de pôr em prática. A complexidade de uma sociedade moderna, com interesses diversos e, frequentemente, conflitantes, exige não apenas uma plataforma de tarefas a serem postas em prática, mas talento para viabilizá-las, considerando, exatamente, o conjunto de interesses a serem compatibilizados.

De resto, nada mais distante do real do que aquilo que parece ser real e que tentam nos apresentar como real. Exemplo concreto: parece

Nem preservação, nem desenvolvimento, nem sustentabilidade: o caso PPCUB

» MARTA ADRIANA BUSTOS ROMERO

Professora Titular da FAU-UnB, Professora Emérita da UnB. Laboratório de Sustentabilidade Aplicada à Arquitetura e Urbanismo - LaSUS

Para a localização da nova capital do Brasil, procurou-se superar os problemas das cidades sem planejamento, baseando a seleção do sítio em fatores econômicos e científicos, bem como nas condições climáticas e na beleza. O sítio Castanho, o escolhido, é um sítio convexo, aberto a todas as influências dos ventos predominantes e tem uma forma topográfica ideal para promover a drenagem do ar no espaço da cidade.

Apesar desse contexto sócio-histórico e cultural, o Projeto de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) ignora o legado do urbanista idealizador de Brasília, Lucio Costa, que, no item 2 do *Relatório do Plano Piloto de Brasília*, informava: “Procurou-se a adaptação à topografia local, ao escoamento natural das águas, à melhor orientação”. No item 20 do mesmo documento, Lucio Costa explica o afastamento do Lago: “Evitou-se a localização dos bairros residenciais na orla da lagoa, a fim de preservá-la intacta, tratada com bosques e campos de feição naturalista e rústica para os passeios e amenidades bucólicas de toda a população urbana. Apenas os clubes esportivos, os restaurantes, os lugares de recreio, os balneários e núcleos de pesca poderão chegar à beira d’água.”

Adotava o urbanista, com base nesses itens, o que hoje denominamos medidas preventivas emergentes de planejamento urbano e de proteção ambiental, para ventilar e resfriar o espaço aberto da cidade e a pele envoltória dos edifícios na direção predominante do vento Leste vindo do Lago Paranoá.

Medidas preventivas como essas mostram-se urgentes, hoje, dada a preocupante proposta do PPCUB aprovado para aumentar a massa

construída na área tombada, enquanto as evidências mostram que as áreas de Brasília mais aquecidas, menos úmidas, ou seja, nas quais faz mais calor, incluem regiões mais adensadas. Convém lembrar que, quanto maior a visão do céu de uma superfície urbana em função do maior espaçamento entre as edificações, maior será o resfriamento, essencial nestes tempos de mudanças climáticas em que vivemos. As superquadras de ocupação mais recente, assim como os novos bairros do Plano Piloto, não apresentam a mesma leitura espacial dos mais antigos: a vegetação é menos densa e padrões compositivos sem sombra. O progressivo alargamento das lâminas dos blocos (12,5m em 1967; 18m em 1998) favorece o acúmulo de calor devido ao aquecimento do solo e das superfícies verticais das edificações.

O aquecimento urbano e a ilha de calor urbano, na escala local, podem ser exacerbados por eventos climáticos extremos, como a onda de calor, e pelas mudanças do clima, e Brasília não se furta a essa situação. O portal Lobe-lia Earth, que acompanha como capitais e populações sofrerão devido ao maior incremento do estresse térmico, indica que, entre as capitais sul-americanas, Brasília lidera, no período de 2030 a 2070. O PPCUB, recém-aprovado, poderia auxiliar a capital federal a reduzir suas emissões, mas, muito pelo contrário, ao permitir o parcelamento de áreas de maior sensibilidade ambiental, contribui para seu agravamento.

Desenvolvimento local não é sinônimo de ocupação: a urbanização de Brasília entre 2013 e 2019 suprimiu a vegetação nativa fora das unidades de conservação e, assim, hoje temos que 61% do Cerrado remanescente suprimido foram

substituídos por uso urbano. O verdadeiro desenvolvimento envolve, pelo menos, o suporte de evidências científicas que apontam aumento de calor na capital para o qual existem medidas de mitigação, porém, ignoradas na aprovação do PPCUB, como, por exemplo, a ampliação, manutenção e preservação do verde urbano, e a disponibilização de atividades produtivas fora da área tombada.

Hoje, o verde é orientado por questões universais relacionadas às mudanças climáticas e aos serviços ecossistêmicos em áreas naturais e urbanas. Esteve presente desde a gênese do projeto da capital, associado à identificação de escadas, à característica bucólica e à transição do edificado para o não edificado. A história nos diz que o DF merece um território preservado e um futuro mais sustentável. No entanto, o PPCUB aprovado pela CLDF vai no sentido contrário desse histórico.

O verdadeiro desenvolvimento sustentável exige especial cuidado com elementos do espaço, para não descaracterizar nosso Patrimônio da Humanidade, fruto da utopia moderna, da convivência harmônica entre o natural e o artificial, da coexistência de espaços públicos e de unidades privadas para inserção dos parâmetros essenciais à forma urbana: vegetação, insolação e ventilação. Em definitivo, esses elementos outorgam ao solo urbano de Brasília o desejado uso e ocupação de uma forma social, democrática, acessível e exemplar para este século, ao mesmo tempo em que destacam os edifícios que conferem a Brasília uma forte legibilidade e lhe permitem se sobressair na constituição da memória de seus habitantes, ou de seus visitantes, tornando-a inesquecível.

Pela inclusão das armas de fogo no Imposto Seletivo

» NATHALIE DRUMOND

Gerente de Advocacy do Instituto Sou da Paz

» TATHIANE PISCITELLI

Professora da FGV Direito SP

A Reforma Tributária, cuja regulamentação está em tramitação no Congresso Nacional, pode produzir uma grave distorção: armas de fogo, principal vetor da violência no país, passarão a sofrer a mesma tributação de flores, fraldas, brinquedos e perfumes, caso não sejam incluídas no chamado Imposto Seletivo (IS).

O IS é uma das novidades da Reforma Tributária e, segundo a Emenda Constitucional 132/2023, deve incidir sobre bens e serviços que causem males à saúde e ao meio ambiente. Trata-se de tributo que visa coibir o consumo de determinados bens e serviços em razão das externalidades negativas que geram, da perspectiva pública. Para deputados federais, no entanto, não é esse o caso nem de armas de fogo nem de munições: o texto do Projeto de Lei Complementar 68/2024, que disciplina o IS, não prevê sua incidência sobre tais bens.

Irresponsavelmente, ignoram dados, estatísticas e evidências sobre os danos e ameaças que armas de fogo representam: são bens de uso restrito, cujo potencial de dano é enorme, dada a ameaça que representam ao direito à vida, à integridade física e à saúde pública. Não por outra razão, o Brasil, atualmente, tributa armas de fogo de modo mais gravoso que outros bens, assim como se vê nos Estados Unidos da América e no Chile.

Contudo, considerando a unificação da tributação do consumo, caso não haja a inclusão de tais bens no IS, não haverá nenhum outro instrumento para tributá-los mais pesadamente. Desse modo, a tributação sobre armas de fogo e munições seguirá na alíquota padrão do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), cujos índices de referência são, respectivamente, 8,8% e 17,7%. Ditto de outra forma, se prosseguir assim, a tributação das armas de fogo será reduzida dos atuais 89,25% para apenas 26,5%.

Mais de 60 organizações da sociedade civil tentam chamar a atenção do país para o tamanho desse absurdo. A partir da iniciativa do grupo Tributação e Gênero da FGV Direito SP, um manifesto assinado por essas organizações foi divulgado nos últimos dias. Nele, menciona-se, por exemplo, uma pesquisa feita pelo Instituto Sou da Paz, segundo a qual, somente em 2022, o SUS gastou R\$ 41 milhões com vítimas de armas de fogo, em 17,1 mil internações.

O mesmo estudo mostrou que a mortalidade para feridos por armas é 3,4 vezes maior do que por outros instrumentos. Se não é isso um flagrante prejuízo à saúde, parece difícil saber o que seria. Pode ser uma guerra, talvez — uma guerra do país consigo mesmo. Afinal, nos últimos 15 anos, houve mais pessoas amputadas por armas e explosivos no Brasil do que o Exército dos Estados Unidos da América em 16 anos de guerra.

Os riscos e danos provocados pelas armas de fogo explicam todo o esforço para conter e desfazer a facilitação desmedida promovida pelo governo de Jair Bolsonaro entre 2019 e 2022. Foi um período de crescimento vertiginoso e irresponsável no número de armas de fogo nas mãos de civis — de 695 mil em 2019 para 1,9 milhão em 2022. O aumento da liberação de armas para os chamados CACs (coleccionador, atirador desportivo e caçador) permitiu a aquisição de armas de fogo e munições por civis que antes eram restritas às forças de segurança. Também provocou a diminuição da fiscalização de eventuais desvios desses armamentos. Foi um tiro de morte principalmente nas mulheres, as maiores vítimas. Entre 2012 e 2022, cerca de 2.200 mulheres foram assassinadas a cada ano no Brasil — metade delas por armas de fogo.

Resta dizer ao Congresso Nacional, especialmente aos deputados federais que iniciaram a regulamentação da Reforma Tributária, que eles têm o dever de incluir as armas de fogo e munições no Imposto Seletivo. O recado é claro: a sociedade não quer custear uma tributação baixa sobre armas. Esse é um chamado à responsabilidade e ao interesse público.

O maior ônus tributário sobre armas e munições precisa ser usado como instrumento limitador do acesso da população a tais bens, com aumento de seus preços e consequente redução da circulação desses produtos. Diminuir 70% do ônus tributário que atualmente recai sobre armas de fogo é um contrassenso para um país em que a maioria da população rejeita a ideia de que estaríamos mais seguros se as pessoas andassem armadas nas ruas. E, mais do que isso, sabe que armas de fogo ofendem a vida e a saúde. Isso tudo basta para que tenham níveis de tributação altíssimos — como se vê hoje. Qualquer mudança nesse cenário representará retrocesso evidente.